

# O dono do campo

## O controle da infra-estrutura da internet pelos EUA

Pesquisa ODI



A internet gira em torno de dois aparatos básicos: 1) a *Internet Corporation for Assigned Names and Numbers* (Icann), uma entidade sem fins lucrativos que representa governos, organizações e tratados

internacionais, sediada em Marina Del Rey, na Califórnia, EUA, responsável, entre outras coisas, pela distribuição de números de Protocolo de Internet (IP) e pelo Sistema de Nomes de Domínio (*Domain Name System*, DNS) que traduz os números de IP em uma seqüência de letras (o nome do domínio) e permite aos usuários encontrar seus pontos de destino na rede; 2) um computador no Departamento de Comércio dos EUA que contém a “lista telefônica” da internet, pela qual se pode ter acesso a qualquer outro computador ligado à rede. A Icann tem vínculo com o governo americano, sob a forma de um contrato de pesquisa que remonta aos primórdios da internet, nos anos 80.

Em setembro, em uma reunião internacional em Genebra visando a formação de um grupo de trabalho da Organização das Nações Unidas com a tarefa de propor ações para o controle e o gerenciamento da rede, a Icann anunciou por meio de um dos seus vice-presidentes, Paul Verhoef, que até novembro de 2006 pretende desvincular-se completamente do governo dos EUA. A partir de então, prestaria contas somente à comunidade global.

**A teoria Bush na rede** A delegação brasileira no encontro de Genebra defendeu a desvinculação ainda mais cedo, até novembro de 2005. O Brasil lidera campanha por um modelo multilateral para administrar a rede e a representação do país interpretou o anúncio como um passo positivo, porém insuficiente para a efetiva democratização do controle da internet, conforme relatou o correspondente do jornal *Valor* em Genebra, Assis Moreira. Antecipada para 2005, a autonomia da Icann coincidiria com a próxima etapa da Cúpula Mundial da Sociedade de Informação, na Tunísia, quando 192 países examinarão o futuro da internet, a questão do software livre e outros assuntos relacionados com as novas tecnologias da informação e da comunicação. Mas o problema crucial da internet é o do comando da infra-estrutura, hoje centralizado no Departamento de Comércio dos EUA.

Lá, um computador reproduz os endereços para outros 12 servidores – nove deles nos EUA e os outros na Suécia, Inglaterra e Japão. “É por essa rede que se pode, inclusive, desconectar um país da rede mundial, apagar ou incluir endereços, páginas etc.”, escreveu Moreira ao

informar que circulavam na reunião de Genebra cópias do diário *International Herald Tribune* do dia 20 de setembro com a notícia de que o Pentágono bloqueara o site do *Federal Voting Assistance Program*, que orienta eleitores americanos fora dos EUA, sob o pretexto de defendê-lo do ataque dos *hackers*. Essa era a explicação de um porta-voz daquele órgão do governo americano. Ou seja, o Pentágono praticava na rede mundial de computadores os exatos termos da atual política externa dos EUA, a do direito ao “contra-ataque” com a simples preensão da existência de um inimigo.

**O Brasil deve insistir** A notícia mostra de modo bastante claro que o controle da infra-estrutura da internet significa o controle total da rede e dá razão ao brasileiro Sérgio Amadeu, presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), que defendeu em Genebra a posição de que o sistema deve ter um controle político, sim, e o mais democrático possível. Do modo como se opera hoje a internet, o governo dos EUA tem o poder de desconectar não apenas um site, mas um país inteiro ou toda uma região do mundo, quiçá o mundo inteiro. Por essa razão o Brasil tem encarado o assunto como questão de segurança nacional e reivindica a instalação de um servidor principal na América Latina. O governo dos EUA resiste à proposta e a protela baseando-se em argumentos técnicos que não convencem boa parte dos especialistas e provavelmente nem a si próprio. Com certo constrangimento, os americanos já cederam alguma coisa ao concordarem em fazer e fornecer cópias dos endereços arquivados nos servidores principais – os chamados *DNS root name servers* –, admitindo a possibilidade de queda total da rede.

É sensato supor que a democratização do controle da infra-estrutura não se fará com um estalar dos dedos e que a autonomia da Icann é, de fato, apenas um passo nesse sentido. Um grupo de trabalho com representantes de governos, de empresas e de organizações mais independentes será nomeado pelo secretário-geral da ONU, Kofi Annan, para coordenar o debate. O Brasil deve insistir na sua participação, ao lado da China, Índia, África do Sul e alguns ricos como a Noruega, que defendem a “governança multilateral” da internet. E será preciso fazer frente à posição hegemônica dos EUA também no que diz respeito à “filosofia” de operação da rede, em que as inovações, a expansão dos serviços e recursos e a própria abrangência da internet só tem sentido em um ambiente de mercado – “pró-negócios” –, com pouca ou nenhuma regulamentação. Afinal, proteção da dados, segurança na rede, conteúdo, custos de interconexão e propriedade intelectual são assuntos de interesse de todos os países. ■